

Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



**Instalação de Jovens
Agricultores no III Quadro
Comunitário - Primeiras conclusões**



4 Dossier *
Instalação de Jovens Agricultores no III Quadro Comunitário
 - Primeiras conclusões

Avaliar o Passado, Preparar o Futuro*
 Primeiro balanço da medida de apoio à instalação de Jovens Agricultores no âmbito do QCA III*
 Balanço e Preocupações*
 Notas para um Balanço do PO AGRO*
 Um Balanço a pensar no Futuro*
 Inovar na política de fomento de Jovens Agricultores*
 Vinte anos de apoio aos Jovens Agricultores: para onde vamos?*
 Seis anos de Política de Desenvolvimento Rural – Podem os Jovens Agricultores Europeus estar orgulhosos dela?*
 Nós, os Jovens Agricultores...*



17 A Importância da Protecção e Produção e Integrada na assistência técnica aos Agricultores *



18 Compreender melhor o sector do leite no RPU*

Francisco Toscano Rico



20 Paulo Mata, Jovem Agricultor de Sucesso *
 Vencedor do Concurso Jovem Agricultor 2005



22 Pagamento Complementar ao sector do Azeite *



23 Serviços ao Agricultor*
 Postos de Atendimento SNIRB/SNIRA*
 Postos de Atendimento Parcelário*



24 Associativismo *
 Seminário do CEJA aborda a "Inovação como Instrumento para o aumento da competitividade do sector agrícola da U.E."*
 Jovem Agricultora portuguesa na final do Concurso JA Europeu*



25 Associativismo *
 Agricultores terão finalmente um Sistema de Aconselhamento Agrícola em 2007*
 Protocolo com Escolas Profissionais Modelo T*



26 Legislação Nacional *



28 Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor *

Ficha Técnica

(OUT/NOV/DEZ) 2006

N.º 68

Propriedade, Redacção e Edição

AJAP

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º

1269-128 Lisboa

Telefone: 21 324 49 70

Fax: 21 343 14 90

Director

Firmino Cordeiro

Coordenação

Depart. de Comunicação

Redacção

Depart. Técnico

Secretariado

Olga Leitão

Dep. Comercial

Olga Sereno

Impressão

Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal

n.º 78606/94

Registo de Título

n.º 116714

Tiragem

10 000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

E-mail

ajap@ajap.pt

URL

www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Foto da Capa

AJAP



Com o apoio:



INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE

* Artigos co-financiados no âmbito do 4.º Convite da Medida 10 do Programa AGRO



Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas



Editorial

Procuramos neste último número de 2006 da revista JA, fazer uma reflexão acerca do passado recente, e do futuro próximo no que aos Jovens Agricultores diz respeito. Não se trata de um balanço, nem de analisar números, pretendemos apenas relançar o tema, aliás, desde sempre grande preocupação da AJAP. Recordo a este propósito o protocolo com o Ministério da Agricultura, através do programa AGRO, ao qual é feita nesta edição referência e as acções de terreno levadas a efeito. Destaco, em meu entender, a de maior importância, o acompanhamento que neste momento técnicos da AJAP fazem junto das explorações de muitos Jovens Agricultores instalados. Sempre reivindicamos este apoio e acompanhamento para os JA, nunca tivemos meios e recursos necessários para o desenvolver. Felizmente está a revelar-se um sucesso para quem efectivamente precisa. Refiro-me a simples conselhos, ao envio a tempo para o organismo pagador de documentos, a contactos que facultamos sobre mercados, normalização de produtos e produções. Este é um serviço que apenas pecou por tardio, mas chegou, esperamos dada a sua importância que tenha vindo para ficar.

Queremos, contudo, ir mais longe, somos o País da UE com menor percentagem de Jovens Agricultores no contexto de todos os agricultores. Este é um problema de fundo, face ao qual a todos compete tudo fazer para rejuvenescer a população activa agrícola e impedir a já grande desertificação das zonas rurais. Motivar jovens oriundos do espaço agrícola e rural a permanecer na actividade, proporcionar a outros de centros urbanos a possibilidade de investir na actividade, ou em ambos os casos a constituírem micro empresas nas regiões rurais, é dos desafios mais aliantes para a AJAP. Pretendemos continuar a ser os parceiros privilegiados do Ministério da Agricultura para todas estas funções, apenas foram dados alguns passos, muito falta fazer, e a tarefa não se avizinha fácil. Estamos, como sempre estivemos, disponíveis.

Sejamos claros, o clima que actualmente invade os agricultores não é o melhor, existe desânimo porque os prazos dos compromissos assumidos não têm sido cumpridos, existe desânimo porque foram canceladas candidaturas e novas propostas de projectos a um ano antes do fecho do actual QCA, existe desânimo porque deixaram de se fazer vistorias a projectos e candidaturas para se passarem a fazer perseguições, existe também desânimo porque a menos de um mês para o início de um novo período de programação pouco mais se sabe do que medidas e acções avulsas sobre o futuro.

Votos de Feliz Natal e um Ano Novo de Esperança.



João Silvestre Cunha

Avaliar o Passado, Preparar o Futuro

Na hora de decidir como vão ser utilizadas as verbas disponíveis entre 2007-2013 para a agricultura portuguesa, nomeadamente no que se refere à instalação de Jovens Agricultores, é conveniente reflectir sobre o impacto do III Quadro Comunitário no Apoio aos Jovens Agricultores.

ESTUDO SOBRE A INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES - 2005 – AJAP

Num inquérito efectuado em 2005 pela AJAP a uma amostra de Jovens Agricultores das 7 Direcções Regionais de Agricultura de Portugal continental, instalados nos 5 anos anteriores, foi possível verificar a dificuldade de acesso à informação sobre os apoios disponíveis no âmbito da Medida nº 1 – Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações Agrícolas. Essa informação não foi obtida, na maioria dos casos, através das Zonas Agrárias e Delegações Regionais do IFADAP, não tendo sido sentido pelos Jovens apoio por parte das mesmas.

Os dados obtidos deixam claro que a maioria dos Jovens Agricultores recorrem a um Gabinete de Consultoria ou Técnico Projectista para elaboração do Projecto de Investimento, pelo que a qualidade dos projectos de investimento depende em muito dos Técnicos Projectistas que os elaboram. Ao mesmo tempo, nota-se a ausência de um estudo concreto da viabilidade económica da exploração, podendo esta ser muitas das vezes a responsável pela má condução da actividade, incorrecta elaboração do projecto de investimento e a criação de falsas expectativas relativas à actividade escolhida pelo Jovem.

O tempo médio de aprovação dos projectos de investimento verificado foi de 7 meses. A grande maioria dos Jovens Agricultores beneficiou do apoio ao investimento, mas muito poucos consideraram esse apoio suficiente, sendo necessária a utilização da totalidade do prémio de instalação, pela grande maioria, em investimentos na exploração, não o podendo utilizar como “fundo de maneio” para o arranque da actividade.

A actividade desenvolvida pelos J.A. era, na maioria dos casos, já conhecida pelos mesmos através de explorações familiares, o que permitiu utilizar a experiência acumulada. Por outro lado, a procura de novas tecnologias e a modernização das explorações pode ficar prejudicada, visto que existe uma maior dificuldade em abandonar os métodos e técnicas tradicionais.

Relativamente à terra foi possível verificar que grande parte dos Jovens Agricultores recorre

ao arrendamento, já que o investimento inicial necessário para compra de terra é muito elevado.

O que se verifica na maioria das explorações é a necessidade de mão-de-obra superior a uma UTA (unidade de trabalho ano), sendo esta de carácter familiar e temporário. Este aspecto demonstra a importância da instalação de Jovens Agricultores como factor dinamizador das zonas rurais, proporcionando a criação de empregos, mesmo que temporários, em zonas onde escasseiam as oportunidades.

Um dos resultados mais importantes deste estudo é o facto da maioria dos inquiridos considerar que tem facilidade no escoamento do produto, e também cerca de metade dos Jovens afirmarem que antes da obtenção do produto final já têm comprador. É então possível verificar que o problema que se verifica na comercialização dos produtos agrícolas, não se prende com a falta de qualidade, ou não aceitação das produções, mas sim com a dificuldade em obter um preço de venda justo e compensador dos investimentos realizados. Muitas vezes é obtida pelos Jovens Agricultores uma garantia de escoamento do produto, mas sem qualquer certeza do preço que irá ser praticado e período de pagamento.

A maioria dos Jovens Agricultores considera ter sido a melhor opção a instalação como Jovem Agricultor, embora para muitos esta fosse considerada a única opção, já que é facto conhecido que nas zonas rurais a possibilidade de encontrar uma solução ao nível profissional é muito reduzida, e para os Jovens que desejam continuar nessas zonas não existem muitas alternativas. Por outro lado, é assim possível verificar que os apoios existentes acabam por ser suficientes para manter alguns Jovens nas zonas rurais, mas, não serão suficientes para motivar outros Jovens, nomeadamente de zonas urbanas a instalarem-se na actividade agrícola, e a encarar esta possibilidade como saída profissional.

Apesar de apenas metade dos Jovens afirmar que esperam alcançar o nível de vida que pretendem com a actividade agrícola, a maioria está satisfeita com a sua actividade profissional.

Este facto talvez seja a causa da não instalação



na actividade agrícola por mais agricultores, já que, por muito que gostem da actividade, a incerteza relativa aos rendimentos provenientes da mesma é muita.

PORQUÊ A FRACA ATRACTIVIDADE DA AGRICULTURA PARA OS JOVENS?

A falta de empreendedorismo no sector agrícola e rural é justificável por uma multiplicidade de factores, a saber:

O crescente êxodo rural;

- A imagem miserabilista do sector, dominante na sociedade em geral;
- A tendência geral dos jovens, formados por via profissionalizante ou por via académica, de não enveredarem pela iniciativa empresarial;
- A insuficiente preparação, justifica a atitude generalizada, que é igualmente sentida por jovens que concluíram cursos de formação de empresário agrícola, pelo facto de não dominarem áreas como a TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a gestão empresarial;
- A dificuldade de acesso a terras com dimensões adequadas e com vinculo conveniente aos riscos de investimento e às exigências legais e administrativas;
- As dificuldades na obtenção de direitos de produção e de ajudas;
- A insuficiente oferta de prestadores de serviços de qualidade;
- O desconhecimento de oportunidades de mercado ou de negócio no ramo agrícola;
- O facto da agricultura operar em condições naturais e de ordem legal muito incertas;
- As dificuldades concorrenciais sempre crescentes;
- O acesso dificultado a financiamentos, designadamente bancários.

O Nº JOVENS AGRICULTORES INSTALADOS É MUITO INFERIOR AO DOS QUE FREQUENTARAM O CURSO DE EMPRESÁRIOS AGRÍCOLAS

Constata-se que a percentagem de Jovens que

frequentaram o curso de empresários agrícolas e que representam efectivamente novas instalações é reduzida, sendo de enfatizar, neste item, a forma de preparação e aprovação dos cursos de empresários agrícolas; o processo de selecção de formandos e formadores e a “standardização” do currículo do curso desajustado das necessidades específicas dos formandos que se pretendem instalar.

O QUE DETERMINOU O SUCESSO OU INSUCESSO DAS EXPLORAÇÕES DE JOVENS AGRICULTORES?

A capacidade de gestão, a dimensão da exploração que conseguiu constituir, a forma de comercialização e valorização dos produtos, a concepção do plano de investimento, as soluções técnicas adoptadas, o plano de financiamento em equilíbrio ou não com o plano de negócios, o acesso ao apoio e aconselhamento técnico e a possibilidade ou não de numa segunda fase consolidar estruturalmente a sua empresa parecem ser o principais factores que fazem a diferença.

QUE ESPERAR DO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO?

Para 2007-2013, “a última oportunidade” para a agricultura portuguesa, aguarda-se que os Jovens Agricultores sejam discriminados positivamente em termos de percentagens e prioridade no acesso aos apoios ao investimento, desde que apresentem projectos viáveis, independentemente da actividade agrícola adoptada ser considerada estratégica.

Esperam-se orientações para uma agricultura competitiva, com dimensão, amiga do ambiente, respeitadora do bem-estar animal e garante de segurança alimentar. Uma agricultura de precisão, apostada na inovação e na utilização das novas tecnologias, capaz de produzir “diferente” e diversificar as fontes de rendimento, preparada para a mudança constante, capaz de comunicar com a sociedade.

Esse futuro prepara-se informando e acompanhando os futuros agricultores na elaboração e execução do plano de instalação, reforçando a formação na gestão e novas tecnologias de informação, cumprindo os prazos na análise de projectos e planos de pagamento, valorizando o associativismo e facilitando o acesso à terra.



Primeiro balanço da medida de apoio à instalação de Jovens Agricultores

no âmbito do QCA III



Gabinete da Comissária para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, Mariann Fischer Boel e Direcção Geral para a Agricultura

(As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade do autor e não reflectem necessariamente as posições da Comissão Europeia)

Portugal fez progressos consideráveis na promoção da agricultura enquanto actividade produtiva moderna e competitiva

O FEOGA-Orientação contribui para a realização da estratégia de desenvolvimento agrícola e rural, tendo por objectivos globais o reforço da competitividade económica das actividades agro florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social, a multifuncionalidade das explorações agrícolas, a promoção da qualidade e da inovação, a valorização do potencial específico dos territórios rurais e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais.

A modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas, através da medida "Apoio à Instalação de Jovens Agricultores", co-financiada pelo FEOGA-Orientação, visa a renovação do tecido empresarial agrícola, a melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida e de trabalho dos agricultores, a manutenção e reforço de um tecido económico e social viável nas zonas rurais, a promoção do desenvolvimento de actividades potenciadoras de aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais e a melhoria da competitividade dos sectores estratégicos nacionais e regionais. Em 31 de Dezembro de 2005, o programa "Agricultura e Desenvolvimento Rural" tinha apoiado a instalação de 4.019 Jovens Agricultores, num total previsto para o final do período de programação de 5.500-6.000.

Em geral, os Jovens Agricultores em Portugal detêm habilitações superiores à média dos agricultores e dedicam-se em permanência e exclusividade à exploração. Ocupam explorações maioritariamente de pequena dimensão (em área e dimensão económica) e investem em máquinas e equipamentos (tractores e alfaías e, sobretudo, equipamentos de rega), num padrão próximo dos sistemas produtivos tradicionais, embora com renovação de tecnologias de produção e das práticas culturais. As principais produções são a pecuária em regime extensivo, a horticultura e as culturas permanentes (sobretudo, vinha). Os principais constrangimentos às candidaturas dos Jovens Agricultores estão relacionados com o acesso à terra, a relação com o mercado no escoamento dos produtos, as condições de acesso a aconselhamento técnico e de gestão, bem como a obtenção de financiamento bancário associada à inexistência ou insuficiência de património de garantia, sobretudo nas situações de arrendamento.

Apesar de o perfil de investimento dos Jovens Agricultores ter uma forte predominância da componente máquinas e equipamentos, a par de limitados melhoramentos fundiários e da insuficiente inovação empresarial, produtiva e tecnológica, as candidaturas dos Jovens Agricultores têm tido impactos positivos nas explorações, designadamente, a redução dos custos de produção, a modernização/adaptação da exploração às mudanças tecnológicas e o aumento da produtividade do trabalho.

A avaliação dos programas co-financiados pelo FEOGA-Orientação no período 2000/2006, efectuou entre outras, as seguintes recomendações: necessidade de uma maior racionalidade económica e melhor estratégia dos investimentos que propiciem o ajustamento às alterações da Política Agrícola Comum (PAC); reforço das relações contratuais entre os produtores e os transformadores industriais; maior profissionalização da gestão das unidades produtivas; aumento do apoio técnico de forma a permitir aos beneficiários uma melhor rentabilidade económica dos seus investimentos; melhoria da formação dos agricultores e outros agentes económicos; reforço dos projectos de Investigação e Desenvolvimento para melhoria da competitividade.

Tal como referido no "Relatório sobre a situação da agricultura portuguesa", da Comissão, graças ao financiamento do FEOGA Orientação, Portugal fez progressos consideráveis na promoção da agricultura enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, sobretudo ao nível dos investimentos em infra-estruturas relacionados com a melhoria da qualidade em alguns sectores importantes em Portugal, como a olivicultura, a viticultura e a fruticultura, juntamente com investimentos na irrigação. A competitividade dos produtos portugueses de qualidade foi, pois, substancialmente reforçada a nível comunitário.

Atendendo a que o ritmo de ajustamento estrutural da agricultura portuguesa continua a ser o principal factor impeditivo do desenvolvimento económico no sector, considero que a próxima geração de programas de desenvolvimento rural deveria continuar a apoiar os melhoramentos já efectuados nesse domínio.

Balanço e Preocupações

Uma apreciação da aplicação dos fundos comunitários no desenvolvimento do sector agrícola não pode deixar de constatar que, apesar do seu forte impacto, a agricultura portuguesa vive momentos difíceis, como, aliás, acontece com a generalidade da produção portuguesa, o que se reflecte no agravamento do défice da balança de transacções correntes (BTC). Em 2005, o saldo da BTC portuguesa apresentava um défice de cerca de 14 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 9,5% do PIB. Mas, em 1986, primeiro ano da adesão, Portugal tinha um saldo positivo da BTC de cerca de 500 milhões de euros, o que demonstra o grau de dependência 20 anos após a adesão, com o país a importar mais do que exporta, mas também a produzir menos do que necessita para o seu consumo.

Simultaneamente diminuiu, drasticamente, o número de agricultores e de explorações agrícolas, tendo sido particularmente afectada a agricultura familiar e os pequenos e médios agricultores, para o que muito contribuiu uma repartição injusta da PAC, seja entre países, seja entre agricultores e produções.

Sabemos como a crescente liberalização do comércio confronta diariamente os agricultores portugueses com uma concorrência acrescida de produtos de pior qualidade, mas que, em muitos casos, são os únicos expostos nas grandes superfícies comerciais, sem dar sequer a possibilidade aos consumidores de escolherem produtos tradicionais portugueses de muito melhor qualidade.

As perspectivas que temos relativamente ao futuro não são risonhas. Estamos a viver um momento de intensificação de alterações muito significativas na aplicação da última reforma da PAC. São verdadeiramente preocupantes várias medidas que a Comissão Europeia tem em preparação nesta área, e que se inserem em três objectivos centrais: diminuir a comparticipação financeira comunitária, liberalizar os mercados agrícolas através de acordos, nomeadamente no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e utilizando-os como argumento de defesa das medidas de política interna, reduzindo a produção para evitar pagar excedentes e facilitando a importação de produtos agrícolas provenientes de países terceiros, em troca da exportação de serviços e produtos industriais que interessem aos grupos económicos e financeiros europeus.

Estes objectivos estão claramente presentes nas medidas já anunciadas para a revisão das organizações comuns de mercado do vinho, das frutas e legumes e pairam como uma ameaça para o sector do leite, todas áreas particularmente importantes para a agricultura portuguesa. A única boa notícia foi a aprovação, pelo Parlamento Europeu, da proposta da Comissão de, no âmbito do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), isentar Portugal da aplicação do requisito de co-financiamento no montante de 320 milhões de euros, no seguimento do acordo do Conselho de Dezembro de 2005. É algum reconhecimento das dificuldades de Portugal no cumprimento dos injustos critérios do Pacto de Estabilidade e dos problemas sociais que se acumulam, designadamente nas zonas rurais. Mas nos debates que prosseguem em torno da reformas das organizações comuns de mercado do vinho e das frutas e legumes, em que ainda se conhecem apenas as linhas gerais das propostas, há preocupações muito sérias, que podem pôr em causa projectos de Jovens Agricultores, se não se conseguirem travar algumas tendências. Até em relação ao leite. No recente debate parlamentar sobre a questão das quotas, a posição da Comissária pode ser encarada como uma abertura à possibilidade de desmantelamento gradual do sistema de quotas de leite, o que colocaria em causa o actual acordo, que garante este sistema até 2015. Embora tenha referido que ainda é cedo para tomar medidas de fundo, o caminho da liberalização que apontou, sem dúvida que esquece a importância que tem a produção de leite em diversas zonas agrícolas mais carenciadas, seja nas regiões do Norte e Centro do País, seja na Região Autónoma dos Açores. Por isso, insistimos na defesa da especificidade da agricultura portuguesa, que tão injustamente tem sido tratado nesta distribuição das quotas do leite. Mas o tema vai estar em debate em 2008, tendo por base o estudo que estão a preparar, e que será enviado aos deputados no final de 2007.

Igualmente em debate está toda a questão da modulação, com a primeira votação negativa da proposta da Comissão quanto à modulação facultativa. Mas o tema continua em debate na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Pela nossa parte, insistimos numa modulação obrigatória, acompanhada de um plafonamento e de uma redistribuição justa destes fundos.



Ilda Figueiredo

Deputada ao Parlamento Europeu

Estamos a viver um momento de intensificação de alterações muito significativas na aplicação da última reforma da PAC

Notas para um balanço do **PO AGRO**



Duarte Freitas

Deputado ao Parlamento Europeu

A população agrícola familiar mantém-se muito mais idosa que a média da população portuguesa, e a instalação de Jovens Agricultores ficou aquém das expectativas apontadas para o rejuvenescimento da população agrícola

O Programa Operacional Agro do 3º Quadro Comunitário de Apoio pretendia tornar a agricultura portuguesa mais moderna e competitiva de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e da multifuncionalidade agrícola, promovendo o desenvolvimento das zonas rurais a nível ambiental, social e económico.

No seu eixo 1 – Melhorar a competitividade agro-florestal e a sustentabilidade rural, com um orçamento total de 3.476.201 mil euros, várias medidas foram programadas como a modernização, reconversão e diversificação das explorações (em que se inclui o apoio à instalação de Jovens Agricultores).

No entanto, os resultados não atingiram os níveis desejados nomeadamente no que diz respeito à competitividade e sustentabilidade do sector agrícola, assim como ao seu rejuvenescimento.

O peso da agricultura na economia portuguesa desceu de 3.4% em 2000 a 3.1% em 2003, assim como o volume de trabalho. Exceptuando os hortícolas frescos, as plantas e flores e o vinho de qualidade, todos os outros produtos viram a sua produção diminuir ou manter-se estável em relação ao anterior período de programação. O grau de auto-provisionamento em 2003 era superior a 100% apenas no vinho, nos hortícolas e no leite.

A agricultura biológica, essencial para a prossecução da multifuncionalidade, continua a ter uma fraca expressão, comparando com a média comunitária, apesar do forte crescimento desde 1999, passando de 47.974ha a 233.458ha (aumento de 486%).

A população agrícola familiar mantém-se muito mais idosa que a média da população portuguesa, e a instalação de Jovens Agricultores ficou aquém das expectativas apontadas para o rejuvenescimento da população agrícola.

Um dos principais objectivos do PO AGRO - a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais através do seu rejuvenescimento e qualificação - não foi particularmente feliz, com a instalação de Jovens Agricultores a ficar distante da meta definida pelo programa.

Por outro lado, os índices de permanência na actividade por parte dos Jovens Agricultores que beneficiaram do prémio de instalação têm níveis de abandono elevados assim que termina o período de instalação.

A verdade é que os Jovens Agricultores poderão ter um papel decisivo para o futuro da agricultura portuguesa, na medida em que têm habilitações superiores à média dos agricultores, geralmente dedicam-se em permanência e exclusividade às suas explorações e investem em equipamentos e na renovação das práticas culturais.

No entanto, vários constrangimentos à actividade dos Jovens Agricultores continuam a minar o seu sucesso, como o acesso à terra, a relação com o mercado no escoamento dos produtos, as condições de acesso a aconselhamento técnico e de gestão e a obtenção de financiamento bancário.

A verdade é que os Jovens Agricultores poderão ter um papel decisivo para o futuro da agricultura portuguesa

No próximo período de programação tem de existir um esforço para se ultrapassar estes condicionantes, de modo a que os incentivos à instalação de Jovens Agricultores possam ser melhor sucedidos.

Devem ainda ser apostas o aprofundamento da qualidade dos sistemas produtivos e dos territórios rurais, bem como o desenvolvimento da agricultura biológica, das culturas energéticas e das DOP, numa perspectiva de produtos mais inovadores, competitivos e virados para o mercado.

Os investimentos públicos e os incentivos ao investimento privado têm também de continuar em áreas estratégicas das fileiras produtivas prioritárias, favorecendo a estruturação de uma verdadeira cadeia agro-alimentar nacional, melhorando também a promoção dos produtos nos mercados interno e externo.

Um balanço a pensar no futuro

O desenvolvimento sustentável da agricultura e do mundo rural durante o período 2000-2006 teve como principal suporte financeiro e normativo orientador o QCA III. Este quadro de financiamento comunitário constituiu uma grande oportunidade para o sector agrícola português recuperar do significativo atraso que tinha em relação ao resto da Europa.

Foi também uma oportunidade para o nosso País rejuvenescer o tecido empresarial de agricultores. A avaliação intercalar que se foi realizando ao longo do referido período permitiu ir ajustando os projectos. Desta forma foram sendo introduzidas medidas de reprogramação das dinâmicas de instalação dos Jovens Agricultores, como sejam, o reforço dos incentivos à instalação de Jovens Agricultores e aos seus projectos de investimentos ou o apoio à instalação de Jovens Agricultores a tempo parcial.

Durante o período de vigência do QCA III podem assinalar-se factores positivos e negativos no que concerne os Jovens Agricultores portugueses. De notar que a grande maioria dos que se candidataram a benefícios no âmbito deste quadro comunitário já trabalhavam no sector agrícola no seio de uma exploração familiar. Por isso, acabava por ser um processo de sucessão familiar da actividade económica. Perante isto, a avaliação intercalar de 2005 do Programa Operacional de Agricultura e desenvolvimento Rural (POADR) recomendou que se considerasse a hipótese de alargar a possibilidade de criação de sociedades agrícolas entre os Jovens Agricultores e suas famílias.

Outro dos factores menos positivos a assinalar é o de que os jovens que beneficiaram do prémio de instalação registaram elevados índices de abandono e este problema poderá ser resolvido, por exemplo, com a inclusão de prémios de permanência na actividade. Em geral, os Jovens Agricultores detinham explorações agrícolas maioritariamente de pequena dimensão e mantinham-se próximo dos sistemas produtivos tradicionais, sendo que a pecuária em regime extensivo, a horticultura e as culturas permanentes são as principais produções.

O principal factor de sucesso dos Jovens Agricultores no âmbito do QCA III foi um nível de habilitações superiores à média dos agricultores e o facto de se dedicarem em exclusivo à actividade, começando a renovar as tecnologias de produção e as práticas culturais. Os Jovens Agricultores portugueses têm agora perante si o desafio de aproveitar as oportunidades do Quadro de Referência Estratégica

Nacional (QREN) e respectivos Programas Operacionais, no horizonte de 2007 a 2013. Este quadro financeiro constitui uma das últimas oportunidades do país canalizar estes recursos para investimentos e acções de desenvolvimento que, caso contrário, não se poderiam realizar ou teriam um menor impacto.

A aposta do governo é de assegurar a efectiva transição do país para a sociedade do conhecimento e da inovação, uma vez que no contexto actual, o aumento da competitividade e crescimento sustentado da economia não é possível sem uma forte aposta no conhecimento e inovação, o que em grande medida é alcançado com o aumento e melhoria da qualidade da qualificação de recursos humanos.

Perante isto, também os Jovens Agricultores portugueses têm de aproveitar o QREN com uma perspectiva diferente e apostar em áreas que até agora não eram prioritárias. O esforço de qualificação dos recursos neste sector é essencial para a inovação que permitirá colmatar as grandes dificuldades com que se deparam, nomeadamente, tirar partido de técnicas de produção inovadoras que aumentem significativamente a produtividade, mesmo no caso de explorações de pequena dimensão, que no caso dos Jovens Agricultores portugueses constituiu a maioria. Além disso, a inovação e conhecimento aumenta a sua competitividade pois podem criar-se novas formas de escoamento dos produtos para o mercado e aumentar a possibilidade de acesso a financiamento bancário, suprimindo assim as falhas do passado.

Vinho, Floresta, frutas, hortícolas, olival, cortiça e pecuária (carne e leite), são os sectores onde Portugal pode e vai fazer mais e melhor. A aposta na qualidade deve ser a nossa prioridade e para tal os Jovens empreendedores agrícolas podem alavancar a competitividade de todo o sector. Concentrar meios e infra-estruturas, adoptar instrumentos de gestão empresarial, trabalhar em conjunto na promoção e venda de marcas e produtos certificados (IGP e DOP) são desafios de um futuro próximo. Os Jovens Agricultores portugueses são com certeza capazes de fazer mais do que no passado, aproveitando os recursos financeiros que estarão disponíveis no QREN e também no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, contribuindo assim para se alcançar uma efectiva coesão económica e social do território, combatendo a desertificação humana de muitas zonas do interior e assegurando rendimento económico que resulta não só da produção agrícola e a ela associada o turismo rural.



Miguel Ginestal

Presidente da Sub-Comissão Parlamentar de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Os Jovens Agricultores portugueses têm de aproveitar o QREN com uma perspectiva diferente e apostar em áreas que até agora não eram prioritárias

Inovar na política de fomento de Jovens Agricultores



Tito Rosa

Gestor do Programa AGRO

Estaremos todos de acordo que a promoção da instalação de Jovens Agricultores tem sido, nos últimos anos de programação das políticas de investimento com co-financiamento comunitário, uma das prioridades assumidas.

Já não estaremos, certamente, todos de acordo, na avaliação dos resultados dessas políticas. Pelo menos, ainda que se reconheça que os elementos de observação e de análise carecem de suficiente abrangência e valor, os dados disponíveis mostram que a tendência do envelhecimento dos titulares das explorações agrícolas não foi contrariada e que o número de Jovens Agricultores fica, quase sempre, aquém das expectativas consagradas nos Programas de apoio, para além de pouco conhecermos do seu nível de permanência na actividade após a instalação.

Também sabemos que as razões que possam constituir obstáculo a um maior sucesso da política de incentivo à primeira instalação não estão, pelo menos em exclusivo, associadas ao nível de apoio financeiro público concedido. Cada 1ª instalação beneficia, em média, de um apoio de 70 000 euros de incentivos não reembolsáveis, em prémios (só no quadro do Programa AGRO foram concedidos 93 milhões de euros de prémios de 1ª instalação a Jovens Agricultores) e em co-financiamento dos investimentos (são raros os casos em que não está associado à primeira instalação um projecto de investimento).

Para além, naturalmente, da atracção dos jovens por outras áreas de negócio (nem sempre os “actores” do sector tem feito a melhor propaganda sobre as boas oportunidades que nele existe!) outras razões estão identificadas, tais como, as “barreiras de entrada” que um primeiro investimento na agricultura tem que vencer (acesso a terra para explorar, aquisição de quotas e direitos em actividades condicionadas), os altos custos inerentes ao lançamento de uma nova empresa (acesso a capitais em condições não penalizadoras, empresários “sem história”, investimentos em capital fixo elevados) e os riscos inerentes à própria actividade quando associados com a fragilidade inicial das empresas e com a relativa fraca experiência dos promotores.

Torna-se todavia urgente lançar uma nova política, inovando nos instrumentos de incentivo e apoio à primeira instalação de jovens na agricultura

Às razões referidas poderemos acrescentar deficiente formação e acompanhamento, quer a nível técnico, quer, muitas vezes e sobretudo, a nível da gestão.

Mantendo como objectivo de política o incremento de novas explorações agrícolas tituladas por jovens empresários, forma de não apenas obviar à excessiva idade média do tecido empresarial agrícola mas também de introduzir no sector a dinâmica, a inovação, a “abertura” de espírito e de risco que se reconhece estar em, em regra, associadas aos jovens, torna-se todavia urgente lançar uma nova política, inovando nos instrumentos de incentivo e apoio à primeira instalação de jovens na agricultura.

Foi o que procurámos fazer na concepção das medidas de apoio incluídas no próximo Programa de Desenvolvimento Rural inseridas no quadro do Eixo da Competitividade e é o queremos fazer na aplicação “no terreno” de uma nova forma de atrair para a actividade os jovens.

Desde logo, torna-se muito importante ter uma abordagem integrada dos incentivos procurando através de meios financeiros directos e indirectos, informação, ou meios facilitadores, actuar favoravelmente e de forma convergente em todos os factores que potenciem o sucesso da instalação e da exploração.

Os dados disponíveis mostram que a tendência do envelhecimento dos titulares das explorações agrícolas não foi contrariada e que o número de Jovens Agricultores fica, quase sempre, aquém das expectativas consagradas nos Programas de apoio, para além de pouco conhecermos do seu nível de permanência na actividade após a instalação

Depois, instituir uma metodologia de gestão que possibilite, ao invés da situação até hoje corrente em que o sistema se limitava a um “balcão” aberto de incentivos, o conselho, a formação adequada, o acompanhamento do processo de instalação e um processo de avaliação de mérito com os consequentes benefícios ao nível de apoio.

Nesta metodologia assume particular relevância a formação profissional que se pretende que seja o elemento “integrador” e “fortificador” do processo de instalação e não apenas a “passagem” obrigatória para acesso ao prémio de instalação ou/e aos incentivos ao projecto de investimento.

Nesta metodologia de avaliação, enquadramento e acompanhamento terão papel relevante os serviços regionais do Ministério e /ou, segundo formas a acordar, as organizações profissionais dos Jovens Agricultores.

O processo de instalação iniciar-se-á por uma avaliação do perfil do candidato, com regularidade serão abertos períodos de candidatura, sendo posteriormente definido um plano de formação adequado e um plano de instalação com os consequentes planos de apoio financeiro e de facilidades ao nível dos custos de contexto empresarial (relações com a Administração Pública, relações com o Sistema Financeiro).

Para além dos apoios à formação, que poderão incluir a realização de estágios em explorações de outros agricultores, os incentivos financeiros associados ao processo de instalação e investimento terão em conta: uma solução financeira para financiamento do projecto (não apenas o co-financiamento, através das melhores taxas de incentivo, dos investimentos mas também a procura de soluções em parceria com as instituições financeiras para as áreas de acesso à terra, a fundos de maneio e à habitação) e uma solução de prémio de realização e desempenho o que se poderá consubstanciar

ou pela percepção de prémios pecuários ou no acesso a novos fundos para consolidação do investimento ou reforço do negócio. Para efeitos desta política de apoio procurar-se-á tirar os efeitos positivos da utilização em conjugação de instrumentos como os incentivos directos, bonificações de empréstimos, concessão de garantias, estágios, formação qualificada e outros.

Assume particular relevância a formação profissional que se pretende que seja o elemento “integrador” e “fortificador” do processo de instalação e não apenas a “passagem” obrigatória para acesso ao prémio de instalação ou/e aos incentivos ao projecto de investimento

O novo PDR 2007-2013 continua a apostar na promoção da instalação de Jovens Agricultores (é um dos segmentos de utilizadores que terá uma medida específica) mas procura fazê-lo de uma forma mais coerente, mais sustentada, proporcionando, simultaneamente, um ambiente mais favorável e sustentado ao investimento mas também a diminuição dos riscos de insucesso fazendo com os apoios públicos significativos que são atribuídos a esta área se multiplicam em riqueza produzida por novas e competitivas empresas agrícolas.



Vinte anos de apoio aos Jovens Agricultores: para onde vamos?



JL Coelho Silva

IFADAP/INGA Castelo Branco

Verificou-se grande variação na instalação de JA ao longo do território continental. O maior número ocorreu nas regiões do litoral e onde existia agricultura mais competitiva

Neste final de 2006 cumprem-se vinte anos de apoio à instalação de jovens na agricultura, no âmbito da aplicação portuguesa da Política Agrícola Comum.

A despeito das alterações ocorridas na regulamentação comunitária e nacional, o modo de atribuição destes apoios foi, em termos práticos, sempre o mesmo. E pode dizer-se que foi razoavelmente bem sucedido: de 1986 até Novembro de 2006 candidataram-se 26 021 jovens com 32 386 projectos, dos quais 23 295 foram aprovados para 21 869 Jovens Agricultores (JA), que investiram (com apoio) cerca de 1 278 milhões de euros (a preços correntes). Nestes incluem-se 420 milhões de euros investidos por 4 644 JA depois do ano 2000. São números significativos, se pensarmos que no mesmo período a agricultura regrediu na sua importância económica, no emprego e, sobretudo, nos muito baixos rendimentos auferidos pelos agricultores.

Verificou-se, não obstante, grande variação na instalação de JA ao longo do território continental. O maior número ocorreu nas regiões do litoral e onde existia agricultura mais competitiva. Nos territórios mais desfavorecidos (do ponto de vista agrícola), o efeito foi muitíssimo limitado. Pode afirmar-se que a renovação não foi conseguida onde realmente se justificava.

Contudo, a passagem a Jovem Agricultor apenas começa com a contratação do apoio à instalação. Apesar de não existir informação sistematizada sobre a manutenção dos jovens na agricultura, é possível constatar que (inquéritos no Ribatejo e Oeste e Beira Interior), a maioria se mantém. Destes, 90% pensa manter-se na actividade, embora considere o seu próprio sucesso inferior às expectativas iniciais.

Após o início de actividade a maioria investiu principalmente em máquinas, no aumento da área explorada e na racionalização da mão-de-obra utilizada. São poucos os que investiram directamente em componentes relacionadas com a comercialização. A maior parte dos Jovens encontra-se enquadrada em organizações de produtores, onde recorre frequentemente ao aconselhamento técnico. Fora deste domínio, o enquadramento institucional é precário. Deve ainda acentuar-se que não se encontram diferenças com significado entre as explorações detidas por jovens e as da generalidade da agricultura portuguesa. Em particular a inovação parece estar bastante ausente nos projectos apresentados.

Das dificuldades sentidas na instalação, as mais importantes são os custos reais de instalação e a burocracia crescente. Estes dois factores em conjunto podem classificar-se como custos associados ao contexto em que a actividade se desenrola. Nas dificuldades invocadas, surgem depois a comercialização, a rigidez imposta ao crescimento das explorações (dificuldades de acesso à terra, aos direitos de produção, escassez de mão-de-obra), a que se associa ainda a falta de formação profissional efectiva.

A avaliação de vinte anos de apoio aos JA, acima esboçada, indica que é necessário, em primeiro lugar, repensar a instalação nas zonas rurais mais desfavorecidas, onde devem ser consideradas as funções ambientais e as de manutenção do espaço rural, que devem ser alvo de "contratos de tarefa", para a fixação de jovens nestes locais.

Das dificuldades sentidas na instalação, as mais importantes são os custos reais de instalação e a burocracia crescente

Em segundo lugar parece decisivo haver uma lógica de redução dos custos de contexto. É obrigatório simplificar as condições em que as explorações se movem, como nas regras de acesso aos fundos, no acompanhamento e fiscalização, na comercialização, no trânsito de produtos e tratamento de subprodutos, na exportação, só para citar alguns casos de maior significado.

Em terceiro lugar é necessário, logo à instalação, avaliar as oportunidades que a empresa tem para se desenvolver, a começar pela sua integração, formal ou não, em cadeias que garantam o crescimento. É este desenvolvimento que levará uma exploração, necessariamente pequena à partida, a aumentar o valor criado e o emprego, que são, aliás, os fins que justificam apoio público.

A prossecução destes objectivos exige, parecidos, uma abordagem descentralizada e flexível. Aproxima-se um novo Programa de Desenvolvimento Rural para o período 2007-2013: vejamos por onde vamos.

Seis anos de Política de Desenvolvimento Rural

Podem os Jovens Agricultores Europeus estar orgulhosos dela?

À medida que nos aproximamos do fim de um ciclo de seis anos de Política Comunitária de Desenvolvimento Rural, importa saber se esta política esteve à altura das expectativas para os Jovens Agricultores.

De muitas formas, o debate sobre o desenvolvimento rural esteve interligado a desenvolvimentos mais alargados a nível europeu para a agricultura. Depois de no passado ter sido negligenciado pelos decisores da U.E., o ano de 2001 começou bem para as gerações futuras da agricultura europeia. O Parlamento Europeu solicitou oficialmente que os Jovens Agricultores constituíssem o elemento chave no desenvolvimento rural, que a ajuda à instalação fosse tornada obrigatória, e que a reforma antecipada fosse ligada à instalação de Jovens Agricultores.

Além disso, chamou a atenção para a importância de novas iniciativas comunitárias dirigidas em especial para os Jovens Agricultores, efectuando uma avaliação das medidas de apoio aos Jovens Agricultores existentes e encorajando medidas que reforçassem a educação e as infra-estruturas de formação de Jovens Agricultores.

Existiam fortes esperanças que a U.E. incluisse estas exigências na reforma intercalar da PAC em 2002. Porém, constatamos, com grande surpresa, que a revisão intercalar da Comissão Europeia não menciona os Jovens Agricultores uma única vez. Em vez de serem orientadas para o futuro, as propostas apresentadas pela Comissão traduziram-se numa reforma radical que não oferece quaisquer perspectivas reais de futuro para os Jovens Agricultores e para a agricultura em geral.

Em 2003, na Conferência Europeia sobre o Futuro dos Jovens Agricultores, em Roma, o então presidente do CEJA Hans-Benno Wichert, apresentou um plano com 7 pontos sobre o que era necessário para encorajar os jovens a instalarem-se no sector agrícola. Consequentemente, a U.E. indicou que "como os Jovens Agricultores representam um elemento essencial para o desenvolvimento das zonas rurais... é necessário incrementar o apoio específico já concedido, de forma a facilitar a instalação de Jovens Agricultores e o ajustamento estrutural das suas explorações."

À medida que os decisores europeus davam os últimos retoques à política de desenvolvimento rural após a reforma da PAC, o CEJA reafirmou a sua crença que o desenvolvimento rural pode incentivar a instalação, ajustamentos de mercado e diversidade na agricultura e pode, com a dotação financeira certa e a canalização das verbas da modulação para os jovens na agricultura, tornar-se um importante elemento no apoio aos jovens que desejam fazer a sua carreira na agricultura. Por fim, com o apoio tanto do Conselho Europeu como do Parlamento Europeu, os Jovens Agricultores foram definidos como uma prioridade no âmbito da política de desenvolvimento rural. O Conselho Europeu e o Parlamento Europeu propuseram, inclusive, alargar o desenvolvimento rural com as seguintes medidas dirigidas aos Jovens Agricultores:

- Oferecer apoio temporário para o estabelecimento de um sistema de aconselhamento agrícola pode ser concedido a Jovens Agricultores que se instalam na agricultura pela 1.^a vez;
- Duplicar o máximo do elemento de cofinanciamento para investimentos elegíveis de 5% para 10% para investimentos realizados por Jovens Agricultores;
- Duplicar o prémio à instalação para Jovens Agricultores que realizem investimentos complementares nos três primeiros anos posteriores à instalação;
- Dar aos Jovens Agricultores que tenham apresentado candidatura à 1.^a instalação, prioridade no apoio no âmbito de outras medidas de desenvolvimento rural;
- Assegurar que os Estados Membro garantem a implementação de tal pacote de medidas tornando-o uma condição obrigatória para a aprovação dos planos de desenvolvimento rurais nacionais.

Nem todas estas medidas foram postas em prática, mas acreditamos que o trabalho e o *lobbying* do CEJA nos anos de 2002/2003 estabeleceram uma boa base de trabalho e relação com os decisores da U.E. da qual os Jovens Agricultores actualmente podem usufruir.



Giacomo Ballari

**Presidente do CEJA
Conselho Europeu dos
Jovens Agricultores**

"Os Jovens Agricultores representam um elemento essencial para o desenvolvimento das zonas rurais"



Quando assumi a Presidência do CEJA em 2004, a U.E. tinha iniciado o debate sobre a política de desenvolvimento rural após 2006. Comecei imediatamente a inventariar as questões de desenvolvimento rural importantes para os Jovens Agricultores. Estas estão particularmente ligadas aos desafios que os Jovens Agricultores enfrentam no período da instalação, tal como: falta de capital e acesso limitado ao crédito, falta de formação e orientação adequadas, barreiras administrativas pela necessidade de respeitar diversos prazos e preencher inúmeros formulários.

O CEJA defende que os obstáculos poderiam ser superados com uma política rural estruturada que incentivasse o espírito empresarial dos novos agricultores, tendo, além disso, sugerido interligar algumas das medidas para Jovens Agricultores de modo que a aprovação oficial do plano de negócio garantisse automaticamente o acesso do Jovem Agricultor não apenas à ajuda à instalação mas também, de forma prioritária, as medidas de apoio ao investimento, a formação, aconselhamento e medidas agro-ambientais. Isto significa que a cada Jovem Agricultor deve ser pedido um plano de negócio sério que reflita as perspectivas de rendimento a longo prazo da sua exploração.

**Olhando para o futuro,
o Plano de
Desenvolvimento Rural
para 2007/2013 da U.E.
oferece boas
oportunidades para os
Jovens Agricultores.
O novo quadro de
desenvolvimento rural é
mais coerente e
foca as
prioridades europeias**

Com o aproximar do final do período de programação da actual política de desenvolvimento rural 2000-2006, podemos afirmar que a base de trabalho está concluída e que uma análise concreta de como apoiar os Jo-

vens Agricultores por toda a Europa já teve início. Este debate está actualmente em curso com os decisores políticos nacionais à medida que são desenvolvidos os planos operacionais nacionais para o desenvolvimento rural. O CEJA apoia os seus membros apresentando o seu ponto de vista às organizações nacionais através de seminários e conferências.

Numa tentativa de ajudar na argumentação com os decisores a nível nacional, gostaria ainda de deixar alguns apontamentos sobre o próximo período de programação a nível do desenvolvimento rural.

**Os obstáculos poderiam
ser superados com
uma política rural
estruturada que
incentivasse o espírito
empresarial dos
novos agricultores**

Infelizmente, nem daqui a 6 anos, todas as exigências principais, nem mesmo as de 2001, estarão cumpridas. A ajuda à instalação continua a não ser obrigatória em todos os países da U.E.. Defendemos também a necessidade de expandir a rede europeia do Desenvolvimento Rural por forma a incorporar um programa de formação e intercâmbio de Jovens Agricultores na U.E., permitindo a Jovens Agricultores individualmente ou em grupos participar em visitas de estudo nas quais possam tomar contacto com as boas práticas agrícolas, ideias inovadoras, etc., noutros países.

Olhando para o futuro, o Plano de Desenvolvimento Rural para 2007/2013 da U.E. oferece boas oportunidades para os Jovens Agricultores. O novo quadro de desenvolvimento rural é mais coerente e foca as prioridades europeias. No entanto, também deixa uma grande flexibilidade de programação para os Estados Membro. Aí reside uma grande oportunidade para os Jovens Agricultores. O trabalho e esforço das organizações que representam os Jovens Agricultores a nível nacional em conjunto os respectivos decisores políticos e o diálogo constante entre o CEJA e os decisores da U.E. permitirá com certeza tornar a política de desenvolvimento rural 2007/2013 um sucesso para os Jovens Agricultores de toda a Europa.

Nós, os Jovens Agricultores...

Em Espanha, tal como acontece em Portugal e no resto dos Países Europeus, os agricultores estão a viver com a preocupação de um processo de *desagrarização*¹ do meio rural, e um contínuo fenómeno de envelhecimento da população activa agrícola. Segundo os últimos dados, cerca de 65% das explorações agrícolas espanholas encontram-se nas mãos de agricultores com mais de 55 anos. O decréscimo contínuo do número de jovens que desejam desenvolver a actividade agrícola, parece não ter fim apesar das “tímidas” iniciativas, levadas a cabo pela União Europeia, desde 2000.

O Governo Espanhol desenvolveu um pacote de medidas para promover políticas activas com o objectivo de estimular aquilo que temos designado de “*relevo generacional del campo*”². A medida principal deste pacote refere-se às medidas de desenvolvimento rural para a instalação de Jovens Agricultores reconhecidas pelo Regulamento Comunitário 1257/1999 e presentes nos programas operativos e de desenvolvimento rural de Espanha.

Durante o período 2000-2006, o Estado espanhol tinha previsto ajudas à instalação de Jovens Agricultores de cerca de 57 milhões de euros. Se tudo decorrer como previsto, 40.000 jovens beneficiarão dessas ajudas até 2010 ainda que muitos outros fiquem de lado. De certo modo, a complexidade dos procedimentos administrativos e a grande burocracia na gestão dos mesmos, continuam a constituir um importante desincentivo ao desenvolvimento desta importante medida.

Os montantes consagrados à instalação aumentaram progressivamente desde o escasso milhão de euros previsto para o ano de 2000 até aos 8 milhões de euros em 2006, não obstante, em Espanha ainda estamos longe das ajudas à instalação concedidas noutros países europeus como a França (408 milhões de euros) e Itália (225 milhões de euros).

A medida de instalação de jovens não pode ser concebida como uma medida isolada e marginal, pelo contrário, deve fazer-se acompanhar de uma série de medidas e de incentivos reais para um Jovem Agricultor. As normas que regem a transmissão patrimonial, continuam a não estar ao serviço da profissionalização e em nenhum caso garantem uma estabilidade laboral para quem assume a tarefa sucessória perante os restantes herdeiros. Por outro lado, deve reforçar-se o vínculo entre

instalação e reforma antecipada para dar prioridade à actividade dos Jovens Agricultores.

Nos últimos anos, os jovens têm acedido à actividade agrícola em melhores condições que os mais velhos. As suas explorações são maiores, mais intensivas, mais modernas e perfeitamente integradas no sistema agroalimentar, graças a uma maior organização. A aposta na inovação e nas novas tecnologias demonstra como os Jovens, com a preparação adequada e o apoio institucional necessário, podem enfrentar com certas garantias as pressões do mercado.

O decréscimo contínuo do número de jovens que desejam desenvolver a actividade agrícola, parece não ter fim apesar das “tímidas” iniciativas, levadas a cabo pela União Europeia

Apesar de estarmos mais bem preparados, os agricultores, em geral, observam o futuro com um certo pessimismo e uma grande dose de incerteza. Esta visão pessimista está condicionada pelas contínuas mudanças numa Política Agrícola Comum que não tem conseguido demonstrar, seguir um rumo fixo e que questiona a existência de um verdadeiro Modelo Europeu de Agricultura estável e permanente. Desde o dia 1 de Janeiro de 2006, aplicamos em Espanha um desligamento parcial das ajudas, contudo, os agricultores estão preparados para uma nova revisão da PAC, neste caso em 2008-2009. Qualquer actividade económica necessita de um mínimo de estabilidade para poder realizar uma adequada planificação num quadro empresarial.

Esperam-nos muitos desafios durante os próximos anos, mas sem uma dúvida, *el relevo generacional*² na agricultura continuará a ser um pilar básico para a estruturação do território, do desenvolvimento rural e da modernização da agricultura espanhola e portuguesa.



Pedro Barato

Presidente da ASAJA

¹ *desagrarização* - versão original “desagrarización”, significa desaparecimento da actividade agrícola no meio rural

² “*relevo generacional del campo*” - versão original, significa substituição de gerações no campo

Agro

7 a 11 de Março '07

40.ª Feira Internacional de Agricultura,
Pecuária e Alimentação



PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga, E.M. - Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves - Apartado 60 - 4711-909 Braga - Tel: 253 208 230 - Fax: 253 264 672 - www.peb.pt - e-mail: feiras@peb.pt

Este CONVITE VALE 1 ENTRADA para a "AGRO"

 **PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA**

(Não se aceitam fotocópias)

 **PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA**

FEIRA **"AGRO 2007"** **O CONVITE SÓ É VÁLIDO SE PREENCHIDO**

NOME _____

MORADA _____

LÓCALIDADE _____

C. POSTAL _____

PAÍS _____ **E-MAIL** _____

FEIRA **"AGRO 2007"**

**FEIRA INTERNACIONAL DE AGRICULTURA
PECUÁRIA E ALIMENTAÇÃO**

DATA **7 A 11 de Março**

HORARIO **7 e 8 de Março: das 10h00 às 19h00
9 e 10 de Março: das 10h00 às 23h00
11 de Março: das 10h00 às 19h00**

PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

A Importância da Protecção e Produção Integrada na assistência técnica aos agricultores

Durante cerca de uma década os agricultores tiveram ao seu dispor as Medidas Agro-ambientais, iniciando-se pela Protecção Integrada e mais tarde evoluindo para a Produção Integrada, começando pelas pomóideas, passando pela vinha, olival, citrinos, prunóideas, hortícolas até às culturas arvenses de regadio e arroz.

Tais medidas consagraram um apoio financeiro para “compensar” o agricultor de uma eventual perda de rendimento por optar por um modo de produção menos intensivo e com menor “agressividade” para o ambiente, mas também pelo fornecimento de serviços à sociedade para defesa do homem e do meio ambiente.

Este apoio financeiro permitiu aos agricultores custear um serviço de assistência técnica nestes modos específicos de produção, que vem a ser prestado por organizações de agricultores credenciadas pelo MADRP, para cada uma das culturas.

Com a adopção destes modos de produção os produtores passaram a praticar uma agricultura sustentável e colocar no mercado produtos com maior segurança alimentar, adoptando métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do ambiente e preservação do espaço rural, usando racionalmente os pesticidas, utilizando-os só quando outras alternativas não se adequavam e estes se tornavam indispensáveis. Passaram a ser proibidos os pesticidas demasiado tóxicos, ou condicionada a sua aplicação de modo a reduzir os seus riscos, passaram a ser respeitadas as doses de emprego e respectivos intervalos de segurança até à colheita.

Uma outra virtude do sistema, é que os agricultores passavam por um processo obrigatório e gradual de formação, que em muito contribuiu para melhorar os seus conhecimentos.

Na protecção e produção integrada, os agricultores recebem assistência técnica que lhes é prestada por técnicos especializados e devidamente credenciados para o efeito.

A protecção e a produção integrada têm, sem dúvida, servido para colmatar uma grave lacuna da agricultura portuguesa, a falta de extensão rural, que tem na assistência técnica aos agricultores a necessária alternativa à extinção deste serviço pelo Ministério da Agricultura. Os técnicos que prestam esta assistência têm formação específica em cada cultura e vão-se

actualizando gradualmente, sendo veículos de transmissão privilegiada de informação rigorosa ao agricultor, organizando-os e fazendo a ponte com os serviços que os apoiam, nomeadamente estações experimentais, serviços de avisos agrícolas, empresas de produtos fitofármacos, sementes, adubos, máquinas agrícolas e empresas de transformação, entre outras.

A produção integrada engloba a protecção integrada, sendo definida pela OLIB/SROP como “um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável.”

Este sistema de produção tem em conta uma agricultura sustentável amiga do ambiente que é divulgada aos agricultores por técnicos credenciados e acreditados no acompanhamento no campo do ciclo fenológico da cultura.

Este acompanhamento contribui para a formação contínua do agricultor no seu ambiente de trabalho e que é complementada com um curso de formação ministrado por cultura, condição obrigatória para poder aderir a este sistema de produção e receber os benefícios financeiros.

A assistência técnica aos agricultores é executada com critério, sendo registados ao longo do ciclo fenológico as práticas culturais efectuadas, e os produtos fitofarmacêuticos aplicados, com vista a uma fácil rastreabilidade por parcela agrícola.

Num mundo cada vez mais global a assistência técnica no campo efectuada por técnicos especializados responde eficazmente à produção de alimentos com os seus ciclos naturais de vida e permite ao empresário através de Organismos Privados de Controlo e Certificação, valorizar no mercado a sua produção.

A manutenção deste serviço de assistência técnica, no decurso do Próximo Período de Programação 2007/2013, reveste-se assim de uma importância inquestionável para os agricultores, pois permite-lhes cumprir as rigorosas especificações no âmbito da Protecção e Produção Integrada que requerem conhecimentos técnicos muito específicos.



“(...) em Junho de 2005 haviam 20.834 agricultores com uma área de 178.836 ha de culturas em protecção integrada e 3.023 agricultores com a área de 59.186 ha de culturas em produção integrada, que recebiam assistência técnica de cerca de 443 técnicos de 112 organizações de agricultores.”

in As Organizações de Agricultores de Protecção e Produção Integrada (1994 – 2004), Pedro Amaro

Bibliografia:

As Organizações de Agricultores de Protecção e Produção Integrada (1994 – 2004), Pedro Amaro – Projecto Agro 13, Novembro de 2005.

Compreender melhor o Sector



Francisco Toscano Rico

**Divisão de Leite e Lactínios
Direcção de Serviços de Produções
Animais
GPPAA**

Com a reforma da PAC de 1992 iniciou-se um novo ciclo na forma de conceder apoios à agricultura, com a atribuição de ajudas não dependentes do volume real de produção obtido pelo agricultor. Posteriormente, a Agenda 2000 introduziu alguns aspectos inovadores tais como, o princípio da modulação (voluntária) e o desligamento das ajudas (aos pequenos beneficiários) que acentua ainda mais o carácter dissociado das ajudas, rompendo com a lógica sectorial dos apoios. Com a adopção destes novos instrumentos, estavam criadas as bases para a verdadeira revolução que se consubstanciou no acordo alcançado no âmbito da reforma intercalar da PAC de 2003, onde se consagrou a modulação obrigatória e a quase generalização do princípio da dissociação das ajudas da produção, vulgarmente designado por “desligamento”.

No que respeita ao sector do leite, as regras definidas na Nova PAC concederam margem de manobra aos Estados-membros na definição da data de integração das ajudas aos produtos lácteos no regime de pagamento único (RPU-desligamento). Para Portugal esta flexibilidade afigurava-se da maior importância tendo em conta que o sector se encontrava num período de grande reestruturação ao nível da produção primária, com as consequentes transferências de elevadas quantidades de quotas entre produtores. Com efeito, ao adiar a data do desligamento por forma a não coincidir temporalmente com o período definido para a redução dos preços de intervenção (manteiga e leite em pó desnatado) conseguiu-se garantir que os aumentos na dimensão das explorações leiteiras (aumentos de produção) fossem igualmente objecto de compensação financeira. Neste contexto, mais quota até 2007 significa mais ajuda para os anos subsequentes, o que significa também que, para o produtor, um quilo de leite produzido dentro da respectiva quota individual vale hoje mais 0,035 euros do que um quilo produzido fora de quota. Contudo, esta constatação não é integralmente verdadeira visto que a partir de 2007, em regra geral, o produtor pode continuar a receber a ajuda desde que exerça uma actividade agrícola, que poderá não passar necessariamente pela ordenha. É esta flexibilidade dada ao nível da orientação produtiva, a grande vantagem do desligamento das ajudas.

Sendo certo que a produção não vinculada a subsídios conduz a uma maior orientação

das produções para o mercado, favorecendo a inovação e ganhos de eficiência, também é verdade que o mercado nem sempre se revela generoso na hora de ressarcir os produtores pelo trabalho e capital investidos. Com efeito, o reverso da medalha das oportunidades geradas pelo RPU, revela alguns perigos não negligenciáveis à luz da realidade existente ao nível da estrutura das nossas explorações.

As dificuldades na reestruturação decorrentes da estrutura etária dos agricultores, dos problemas ao nível do emparcelamento e localização em áreas peri-urbanas, e da necessidade de realizar novos investimentos, nem sempre reprodutivos, ao nível da gestão de efluentes e higiene nas explorações, num contexto de descida dos preços do leite à produção, conjugadas ainda com a possibilidade de receber a ajuda desligada da produção, poderão conduzir a uma menor atractividade da produção leiteira. Por outro lado, a incerteza quanto a eventuais futuras alterações ao actual quadro legal do RPU e, especialmente, aos mecanismos reguladores do mercado do leite e produtos lácteos, é um factor adicional que irá pesar no momento da tomada de decisão por parte do agricultor, sobre o que fazer com o RPU.

Do ponto de vista da racionalidade económica, sempre que o preço do leite se aproxime dos custos variáveis existe um risco real de abandono da produção. Os empresários agrícolas devem pois dotar-se de uma escrita

**Os empresários agrícolas
devem pois dotar-se de
uma escrita organizada que
lhes permita conhecer
em detalhe a sua “conta de
actividade” para depois
poder tomar a decisão
quanto à eventual
manutenção ou não nesta,
ou em qualquer outra
actividade agrícola**

do Leite

no RPU

organizada que lhes permita conhecer em detalhe a sua “conta de actividade” para depois poder tomar a decisão quanto à eventual manutenção ou não nesta, ou em qualquer outra actividade agrícola.

Sobre esta matéria importa compreender que toda a ajuda desligada não deve ser integrada nas contas de actividade, constituindo antes uma compensação financeira paga aos agricultores por serviços prestados à sociedade ou seja, uma espécie de ajuda ao rendimento (tipo indemnizações compensatórias). No entanto, tendo em conta as reduções que incidem no valor destas ajudas, seja a favor da reserva nacional ou pela aplicação da modulação, e considerando ainda a delapidação do seu valor ao longo do tempo pelo efeito da inflação, para muitos agricultores, o valor do cheque tende a prazo a transformar-se numa espécie de “rendimento mínimo agrícola”.

Face a este cenário haverá, com certeza, quem se posicione olhando o RPU como uma janela de oportunidade para apoio a novos investimentos que não pode ser desperdiçada e mui-

to menos adiada. Para estes o RPU constitui uma reserva de risco que conduz a uma maior predisposição ao investimento potenciando o empreendedorismo.

O sector leiteiro tem demonstrado ao longo dos anos uma notável capacidade de resposta (com organização e inovação) aos múltiplos desafios com que tem sido confrontado, e é sobretudo ao nível dos jovens empresários agrícolas que a Sociedade Portuguesa espera encontrar as dinâmicas necessárias para conduzir a nossa Agricultura e o Sector Leiteiro a novos níveis de competitividade num mercado cada vez mais aberto e global.

Relativamente às questões de índole técnica relacionadas com a integração do leite no RPU irão estas ser brevemente disponibilizadas na página electrónica do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar em www.gppaa.pt.

Ficha Técnica : Integração do Leite no Regime de Pagamento Único

Ano de Integração (desligamento)	2007
Período de Referência	31/03/2007
Percentagem de desligamento	100% (desconto de 3% para a Reserva Nacional de RPU)
Facto gerador da ajuda desligada	Quota disponível na exploração em 31/03/2007 (inclui quota alugada)
Condições de elegibilidade	Produtores activos com quota em 31/03/2007 que tenham comercializado leite ou produtos lácteos no decurso da campanha 2006/2007 e que se candidatem ao RPU
Requisitos para receber a ajuda	Regras aplicáveis ao RPU
São permitidas transferências de direitos de RPU não acompanhados de quota e vice-versa?	Sim, a partir do dia 01/04/2007 o RPU e as quotas leiteiras funcionam de forma independente
A partir de 01/04/2007, transferências de quota conduzem à redução ou acréscimos nas ajudas?	Não, pela mesma razão atrás citada



Paulo Mata - Jovem Agricultor de Sucesso

Vencedor do Concurso Jovem Agricultor

"Eu próprio digo para mim, eu nasci para ser agricultor e jamais trocaria por outra profissão"



O que o motivou a instalar-se como jovem agricultor?

O primeiro motivo para me instalar na agricultura foi o gosto pela mesma, eu próprio digo para mim, eu nasci para ser agricultor e jamais trocaria por outra profissão. Não tenho raízes nesta área, os meus pais eram comerciantes de carne.

Recorreu a alguma análise de investimento ou de mercado para preparar a sua instalação?

Sim, recorri. Sempre quis ser Agricultor mas para o ser tive que fazer uma análise para saber que condições teria aqui na região para produzir produtos agrícolas e saber quais. De seguida fiz uma análise de mercado para saber se os mesmos teriam escoamento.

Porquê a opção de multi-actividades na sua exploração? Qual a sua preferida?

Porque a minha região sempre teve multi-actividades devido aos solos terem diferentes composições e instala-se a cultura mais apropriada no mesmo e só assim se retira bons resultados culturais. Mas de todas, a minha preferida são as ovelhas de leite porque esta zona, como está muito perto da Serra da Estrela, o queijo tem muito valor. É por isso que recentemente adquiri 2 tipos de ovelha, a *awassi* e a *assaf* puras, que são consideradas as melhores ovelhas de leite, mas essas não podem pastorear devido às condições do solo, precisamente pelo facto de ter diferentes composições.

Qual é o canal de escoamento da sua produção?

O escoamento é feito por cooperativas, empresas e mercados. Relativamente à carne, sou sócio de um matadouro, ao leite, sou sócio de uma cooperativa de leite. Quanto ao vinho sou sócio numa cooperativa de vinho e o azeite vendo a uma empresa. Os frutos secos vendo em mercados.

sucesso

2005

Relativamente ao Prémio Jovem Agricultor 2005:

"o meu trabalho foi reconhecido, da mesma forma a minha exploração foi exposta ao País, isto terá um grande impacto no seu desenvolvimento. Mas o impacto principal foi ainda motivar-me mais para ampliar a minha exploração"

Qual a importância dos apoios que recebeu para a decisão de se instalar como jovem agricultor? Até que ponto foram determinantes durante o processo de instalação?

Foi importante porque os mesmos incentivos para a instalação e foram determinantes porque segui com mais segurança financeira.

Qual o impacto das medidas existentes no âmbito do III QCA, que agora termina, no seu processo de instalação e desenvolvimento da sua actividade agrícola?

Penso que foram o meu braço direito, pois sem eles não conseguiria suportar os custos de produção, da mesma forma asseguraram a minha exploração.

Em primeiro lugar recorri às ajudas da Medida 1 do Programa AGRO, que foram a estrutura da minha exploração. De seguida recorri às ajudas de produção que me equilibraram o preço do produto, ou seja, com os apoios de produção e o valor da produção ultrapassaram o valor do custo da produção.

Quais as principais dificuldades sentidas durante a instalação, e as existentes actualmente?

Falta de apoio técnico na fase de instalação. Actualmente, com a experiência profissional ultrapasso as dificuldades.

O que julga ser necessário fazer no próximo QCA, período 2007-2013, para incen-

tivar os JA a instalarem-se na agricultura?

Seria necessário, em primeiro lugar, alguns cursos de formação na área para se adquirirem conhecimentos, em segundo, bons apoios técnicos e em terceiro, garantias para o futuro agrícola. Isto será um bom incentivo para a instalação.

Pensa que ter obtido o Prémio Jovem Agricultor 2005 vai ter impacto na sua actividade?

Sim, porque o meu trabalho foi reconhecido, da mesma forma a minha exploração foi exposta ao País, isto terá um grande impacto no seu desenvolvimento. Mas o impacto principal foi ainda motivar-me mais para ampliar a minha exploração.

Adoptou na sua exploração o modo de produção biológica?

A minha exploração está toda convertida em agricultura biológica. Por isso utilizo multiactividades para criar subprodutos. Por exemplo, utilizo matéria orgânica animal para fertilizar a produção vegetal, e vice-versa, utilizo subprodutos vegetais para manter a produção animal, os animais ingerem as folhas de oliveira, por exemplo.

Actualmente a minha exploração tem uma área total de 800 ha, adquiridos após a instalação, dos quais cerca de 27 são olival, 10 de amendoal, 20 de vinha, 50 de culturas arvenses, estando composta com 200 vacas aleitantes e 1500 ovelhas de leite.



Pagamento Complementar ao sector do Azeite



Para 2007, salienta-se a introdução de novas medidas que incentivam a concentração da oferta nos lagares e unidades de transformação com vista a promover a valorização da qualidade da azeitona produzida, sendo a concessão desta ajuda diferenciada em função da qualidade do azeite produzido proveniente de azeitonas produzidas em território nacional e comercializadas em lagares ou unidades de transformação reconhecidos pelo IFADAP/INGA.

Todos os lagares reconhecidos pelo IFADAP/INGA, emitem e entregam um Certificado de Entrega a cada olivicultor, cuja produção de azeitona tenha sido comercializada e tenha obtido azeite até 2,2º de acidez ou DOP, nos termos do n.º 1 do art. 8º do Despacho Normativo n.º 11/2006.

O certificado de entrega de azeitona constitui anexo obrigatório ao Pedido Único de Ajudas, conforme previsto no n.º 3 do art. 8º do Despacho Normativo 11/2006.

Este artigo não dispensa a leitura da legislação em vigor:

Reg. (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro que estabelece o Regime de Pagamento Único

Reg. (CE) n.º 864/2004 do Conselho, de 29 de Abril, que altera o Reg. (CE) n.º 1782/2003

Reg. (CE) n.º 795/2004 da Comissão, de 21 de Abril, que estabelece as normas de execução do RPU

Despacho Normativo n.º 41/2005, de 26 de Julho, integra no regime de pagamento único na sua totalidade, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o regime de apoio ligado à produção no sector do azeite.

Despacho Normativo N.º 11/2006, de 3 de Outubro, que estabelece as normas de aplicação dos pagamentos complementares aos agricultores do sector do azeite e da azeitona de mesa.

Montante e Pagamentos Complementares

Produto	Valores por tonelada (em euros)
Azeite com acidez igual ou inferior a 0,8%	120
Azeite com acidez superior a 0,8% e igual ou inferior a 2%	60
Azeite com certificado DOP	180
Azeite equivalente resultante de azeitonas com calibre \leq que 500 frutos por kg	120
Azeite equivalente resultante de azeitonas com certificação DOP	180

Quando não seja possível fazer prova, até ao termo do prazo de apresentação do Pedido Único de Ajudas, da certificação DOP para o azeite e azeitona de mesa, o valor do pagamento complementar é o correspondente ao azeite não certificado como DOP na respectiva classe de acidez, sendo o valor remanescente do pagamento complementar pago após a confirmação da certificação.

Não são efectuados pagamentos complementares de valor inferior a 10 euros por pedido de ajuda.

Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

Concelhos	Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA	Telefone
Aguiar da Beira	ELPAA - Entre Lapa e Pisco - Associação de Agricultores	232 688 254
Alenquer	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer	263 711 012
Alfândega da Fé	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	279 462 682
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Élvas	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia	268 688 020
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Macedo Cavaleiros	Ass. de Prod. Agro-Florestais da Terra Quente-AGRIARBOL	278 421 698
Macedo Cavaleiros	Centro de Gestão de Saldonha	278 425 756
Mértola	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola	286 612 057
Mirandela	Centro de Gestão Agrícola de Mirandela	278 257 682
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural de Foros de Salvaterra	263 501 500
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel	268 551 458
Terras de Bouro	Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro	253 351 123
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348

Parcelário - Locais de Atendimento

Os agricultores residentes em Lisboa poderão efectuar as actualizações do parcelário na sede do INGA sita na Rua Fernando Curado Ribeiro, 4-G, 1.º andar.

Salas	Morada	Telefone	Fax	Dia
ENTRE DOURO E MINHO				
Arouca	Convento de Sta Mafalda, Av. 25 de Abril, n.º 2, 4540 AROUCA	256 943 456	256 941 809	
Braga	Quinta de São José, S. Pedro de Merelim	253 265 880	253 265 554	
Cabeceiras de Basto	Parque Florestal - Refojos, 4860 CABECEIRAS DE BASTO	253 662 120	253 661 472	
Celorico de Basto	Casa do Agri., Pç. Altino Alves Pereira, 4890-225 CEL. DE BASTO	255 320 480	255 320 489	
Cinfães	Urb. da Quinta dos Passais, loja B, 4690 CINFÃES	255 563 585	255 563 585	4.ª Feira
Matosinhos	Srª da Hora-Estr. Ext. da Circunv, 11846, 4460-281 MATOSINHOS	229 574 032	229 574 032	
Monção	Porta do Sol, 4950-500 MONÇÃO	251 653 240	251 653 822	
Penafiel	Av. Zeferino de Oliveira, 1, 4560 PENAFIEL	255 729 120	255 729 125	
Ponte de Lima	Sobral-Arca, 4990 PONTE DE LIMA	258 742 207	258 743 674	
TRÁS-OS-MONTES				
Bragança	R. Claudino Mesquita da Rosa, BRAGANÇA	273 327 329		4.ª Feira
Chaves	Campo da Fonte, 30, 5400-161 CHAVES	276 333 158		
Lamego	Calçada da Guerra, Parque Florestal, 5100-065 LAMEGO	254 612 033		5.ª Feira
Macedo de Cavaleiros	Recinto da Coop. de Mac. de Cav.-Apt. 33, 5340-951 M. DE CAV.	278 428 010	278 426 358	
Mirandela	Qtª do Valongo, 5370-087 MIRANDELA	278 260 900		4.ª Feira
Mogadouro	Casas do M.A.P., R. da Fonte Nova, 5200-229 MOGADOURO	966 798 497		
Torre de Moncorvo	R. Dr. João Leonardo, 5, 5160-280 TORRE DE MONCORVO	279 254 161		
Vila Real	Av. Almeida Lucena, 24, R/C, 5000-660 VILA REAL	961 620 199		3.ª Feira
BEIRA LITORAL				
Aveiro	R. de Anadia, 3810-208 AVEIRO	234 403 980	234 421 695	2.ª Feira
Coimbra	Av. Fernão de Magalhães, 465, 1.º, 3000-177 COIMBRA	239 855 358	239 826 569	3.ª Feira
Leiria	R. Dr. José Alves Correia da Silva, 14B, 2400-117 LEIRIA	244 800 580	244 812 973	4.ª Feira
Viseu	Qta. do Fontelo, Estrada S. João da Carreira, 3504-504 VISEU	232 467 220	232 422 297	5.ª Feira
BEIRA INTERIOR				
Castelo Branco	Sítio do Lirião, Caixa Postal 204, 6000-113 CASTELO BRANCO	272 325 954	272 325 969	
Fundão	Ed. da Assoc. Regantes da Cova da Beira - Zona Expansão Poente (Largo do Tribunal), 6230 FUNDÃO	275 779 420	275 779 429	2.ª e 5.ª Feiras
Gouveia	Quinta do Seixal - Apartado 34, 6291 GOUVEIA	238 491 043	238 494 199	2.ª Feira
Guarda	Bairro da Sra. dos Remédios, 6300 GUARDA	271 222 148	271 205 451	3.ª e 4.ª Feiras
Pinhel	R. Carreira de Tiro, 1, 1.º, 6400-338 PINHEL	271 413 800	271 413 808	2.ª e 5.ª Feiras
Sertã - Zona Agrária	Bairro José Farinha Tavares, 6100-745 SERTÃ	274 603 254	274 603 599	4.ª Feira
RIBATEJO E OESTE				
Santarém	Fonte Boa - Vale de Santarém, 2000-763 SANTARÉM	243 767 032/4/5	243 767 039	6.ª Feira
Tomar	R. Cavaleiros de Cristo, Apartado 127, 2300-487 TOMAR	249 310 490	249 310 509	4.ª Feira
Torres Vedras - Z. Agrária	R. Princesa Benedita, 4 - 2.º, 2560-359 TORRES VEDRAS	261 318 855	261 318 898	2.ª Feira
ALENTEJO				
Évora	Qta. da Malagueira, 7002-553 ÉVORA	266 757 875	266 757 863	5.ª e 6.ª Feiras
ALGARVE				
Faro	Patacão 3º andar-Sala 301, 8001-904 FARO	289 870 738		2.ª Feiras alternadas
Portimão	Cabeço do Mocho, 8500-313 PORTIMÃO	282 490 630		2.ª Feiras alternadas

Seminário do CEJA aborda a “Inovação como instrumento para o aumento da competitividade do sector agrícola da U.E.”

O Conselho Europeu de Jovens Agricultores (CEJA) organizou mais um Seminário, este com especial importância para os Jovens Agricultores europeus, subordinado ao tema “Inovação como instrumento para o aumento da competitividade do sector agrícola da U.E.”, na cidade de Bruges, em Bruxelas.

Durante três dias, foram discutidos diversos temas agrícolas que se encontram na ordem do dia, nomeadamente, a agricultura empresarial enquanto componente chave de uma política virada para a inovação e o papel dos governos locais em promover a inovação, trazendo estabilidade às áreas rurais europeias.

Os representantes da AJAP tiveram a oportunidade de discutir com os Jovens Agricultores europeus as diferentes realidades e dificuldades, que em comum encontram, num sector que luta por não se extinguir.

Houve a oportunidade, ainda, dos Jovens Agricultores portugueses conhecerem algumas explorações agrícolas belgas de sucesso e trocaram as suas próprias experiências e problemáticas.

De entre os oradores, o Seminário contou com a presença de Mariann Fischer Boel, a Comissária Europeia para a Agricultura e Yves Leterme, o Ministro da Agricultura da Bélgica.



Jovem Agricultora portuguesa na final do Concurso JA Europeu

O momento alto dos três dias de Seminário “Inovação como instrumento para o aumento da competitividade do sector agrícola da U.E.”, aconteceu no dia 17 com a Cerimónia de entrega do prémio ao Jovem Agricultor Europeu 2006, tendo ficado ao cargo da Comissária Europeia para a Agricultura Mariann Fischer Boel.

A vencedora do Prémio Inovação e Tecnologia do Concurso Nacional Jovem Agricultor 2005, Idalina Carrilho, chegou à final, conseguindo um lugar entre os 5 primeiros Jovens Agricultores Europeus, tendo sido muito aplaudida entre os presentes na apresentação da sua exploração. Recorde-se que esta Jovem Agricultora de Sucesso, detém uma moderna e inovadora exploração de produção de rosas, em hidroponia, na zona da Merceana em Alenquer.

O vencedor do Concurso JA Europeu, foi um jovem da Hungria, Peter Papp, de 30 anos, que segundo Giacomo Ballari, presidente do CEJA, revelou-se um excelente exemplo para os Jovens Agricultores, enquanto detentor de uma exploração moderna, tecnológica e inovadora.

Em segundo e terceiro lugar, ficaram Janse Maarten de 25 anos e Hendrik Jan Hoogendorn de 33, respectivamente, ambos Jovens Agricultores holandeses, proprietários de explorações tecnologicamente avançadas, de enorme êxito, sendo visitadas por vários milhares de pessoas por ano.



Agricultores terão finalmente um Sistema de Aconselhamento Agrícola em 2007

Segundo o Jornal Oficial da União Europeia, Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, os Estados-Membros deverão criar, até ao dia 1 de Janeiro de 2007, um Sistema de Aconselhamento aos agricultores em matéria de gestão das terras e das explorações, ou, pelo menos, à Condicionalidade (requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais), que será gerido por organismos acreditados, neste leque. Este serviço permitirá, essencialmente, aconselhar os agricultores sobre a aplicação das normas e boas práticas no processo produtivo. Durante este procedimento, serão realizadas auditorias às explorações através de

balanços e contabilizações estruturadas e regulares de fluxos físicos e processos considerados relevantes, ao nível empresarial, para um determinado fim, ou seja, no âmbito da segurança dos alimentos e bem-estar animal.

Embora a participação dos agricultores seja voluntária, o Conselho decidirá, em 2010 e com base num relatório da Comissão sobre o seu funcionamento, se o sistema de aconselhamento deverá ou não tornar-se obrigatório para os agricultores. É condição os Estados-Membros darem prioridade aos agricultores que recebam anualmente mais de 15 000 euros de pagamentos.



Protocolo com Escolas Profissionais



A AJAP considera a Formação Profissional um instrumento importante para a melhoria das qualificações dos recursos humanos, bem como para a aquisição de novos conhecimentos e técnicas, na adopção de novas atitudes e comportamentos, e especialmente, um método fundamental para a renovação e consequente actualização do tecido empresarial agrícola.

É por isso que a AJAP está a elaborar um Protocolo de Cooperação com as Escolas Profissionais, no sentido de fornecer apoio e informação temática agrícola aos alunos que se encontram ligados à actividade agrícola ou que pretendam prosseguir carreiras ligadas a esta actividade, assim como participar em todas as iniciativas promovidas pela AJAP, tais como Seminários e cursos técnicos.

Modelo T

Teve início no dia 15 de Outubro o período de Transferências de Direitos do Regime de Pagamento Único e decorre até seis semanas antes do final de apresentação do Pedido Único de Ajudas.

Os agricultores a quem tenham sido comunicados "Hectares Provisórios" da 2ª vaga (azeite, tabaco, algodão e açúcar), não poderão apresentar as transferências enquanto não lhes forem comunicados

os Direitos Definitivos. Também os agricultores que tenham apresentado Pedido de Estabelecimento de Direitos (Modelo H e R) na campanha passada (2006), terão de aguardar a comunicação dos Direitos Definitivos.

A comunicação da Transferência de Direitos deverá ser efectuada junto das Direcções Regionais do IFADAP/INGA.



AGRO

Terça, 12 de Setembro 2006

N.º 176 - 1 Série

Página: 6695

Portaria n.º 953/2006

Suspende a apresentação de candidaturas a apoios no âmbito da medida n.º 3, com excepção, no caso das acções n.ºs 3,1 e 3,2, de candidaturas relativas a zonas de intervenção florestal (ZIF) e áreas abrangidas pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)

Terça, 12 de Setembro 2006

N.º 176 - 1 Série

Página: 6696

Portaria n.º 954/2006

Suspende as candidaturas aos apoios previstos pela Portaria n.º 1481/2004, de 23 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes n.ºs 1, 2 e 3 da Acção n.º 8,2 do Programa AGRO (...)

Fitossanitários

Terça, 26 de Setembro 2006

N.º 186 - 1 Série

Página: 7031

Decreto-Lei n.º 193/2006

Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2005/77/CE, da Comissão, de 11 de Novembro, 2006/14/CE, da Comissão de 6 de Fevereiro, 2006/35/CE, da Comissão, de 24 de Março, e 2006/36/CE, da Comissão, de 24 de Março, relativas ao regime fitossanitário (...)

Terça, 19 de Setembro 2006

N.º 181 - 1 Série

Página: 6893

Decreto-Lei n.º 187/2006

Estabelece as condições e procedimentos de segurança no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos e altera o Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro

Florestas

Quinta, 2 de Novembro 2006

N.º 211 - 1 Série

Página: 7638

Portaria n.º 1169/2006

Define os modelos, conteúdos, dimensões e cores das placas de sinalização das medidas de condicionamento do acesso, de circulação e de permanência nas zonas críticas, nas áreas submetidas a regime florestal e nas áreas florestais sob gestão do Estado. (...)

Quarta, 25 de Outubro 2006

N.º 206 - 1 Série

Página: 7400

Portaria n.º 1139/2006

Define a estrutura tipo de conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios

Quarta, 25 de Outubro 2006

N.º 206 - 1 Série

Página: 7400

Portaria n.º 1140/2006

Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural

Sexta, 20 de Outubro 2006

N.º 203 - 1 Série

Página: 7302

Decreto Regulamentar n.º 17/2006

Aprova o Plano de Ordenamento Florestal do Algarve

Sexta, 20 de Outubro 2006

N.º 203 - 1 Série

Página: 7327

Decreto Regulamentar n.º 18/2006

Aprova o Plano de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo





Florestas

Quinta, 19 de Outubro 2006

N.º 202 - 1 Série

Página: 7256

Decreto Regulamentar n.º 15/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa

Quinta, 19 de Outubro 2006

N.º 202 - 1 Série

Página: 7274

Decreto Regulamentar n.º 16/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo

Terça, 17 de Outubro 2006

N.º 200 - 1 Série

Página: 7228

Decreto Regulamentar n.º 14/2006

Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste

Quinta, 14 de Setembro 2006

N.º 178 - 1 Série

Página: 6718

Decreto n.º 21/2006

Exclui do regime florestal parcial uma área de 26 150 m² situada no perímetro florestal da Serra da Estrela (...)



Vinicultura

Terça, 7 de Novembro 2006

N.º 214 - 1 Série

Página: 7729

Portaria n.º 1197/2006

Reconhece como indicação geográfica (IG) a designação «Duriense», a qual pode ser usada para a identificação de vinho branco, de vinho tinto e de vinho rosé ou rosado, que se integre na categoria de vinho de mesa com indicação geográfica ou vinho regional, que satisfaça os requisitos estabelecidos. revoga a Portaria n.º 157/93, de 11 de Fevereiro



Viticultura

Quarta, 27 de Setembro 2006

N.º 187 - 1 Série

Página: 7058

Decreto-Lei n.º 194/2006

Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de materiais de propagação vegetativa de videira, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/43/CE, da Comissão, de 23 de Junho, que altera os anexos da Directiva n.º 68/193/CEE, do Conselho, de 9 de Abril, relativa à comercialização dos materiais de propagação vegetativa da videira



Diversos

Terça, 14 de Novembro 2006

N.º 219 - 1 Série

Página: 7839

Portaria n.º 1223/2006

Altera o n.º 11º da Portaria n.º 677/2004, de 19 de Junho, que estabelece as regras nacionais complementares relativas aos fundos operacionais, aos programas operacionais e à ajuda financeira do Regulamento (CE) n.º 1433/2003, da Comissão, de 11 de Agosto

Sexta, 27 de Outubro 2006

N.º 208 - 1 Série

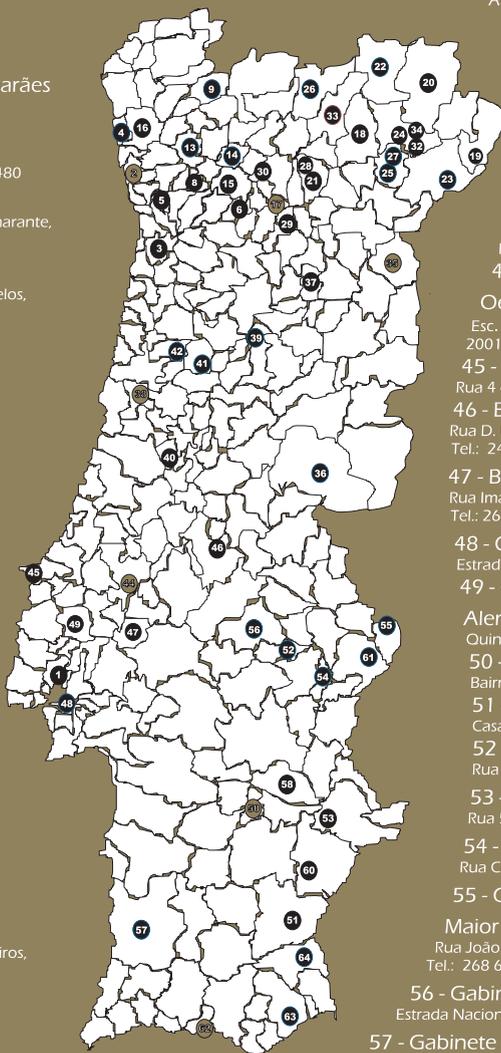
Página: 7492

Decreto-Lei n.º 209/2006

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinetes de apoio Jovem agricultor

- 1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa Tel.: 213 244 970
- 2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agr. na Coop. Agr. da Feira e S. João da Madeira
R. do Moinho das Campainhas, Cavaco, 4520 - 244 Sta Maria da Feira, Tel.: 256 371 410
- 4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
Rua da Sr.ª da Saúde, 4740 - 289 Esposende, Tel.: 253 964 666
- 5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adegas Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 - 141 Lousada, Tel.: 255 913 305
- 9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
Covas - Moimenta, 4840 - 100 Terras de Bouro, Tel.: 253 351 114
- 13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintã de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480
- 15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilhos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502
- 18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
Praça do Mercado, 1º Andar, Loja 2, 5370 - 287 Mirandela, Tel.: 278 257 682
- 19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166
- 20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037
- 21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532
- 22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348
- 23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650
- 24 - Centro de Gestão de Saldonha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756
- 25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
Av. General Ribeiro de Carvalho, Edifício da Estação, 5400 - 497 Chaves, Tel.: 276 322 783
- 27 - Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Av. 8 de Setembro, C/V - G, 5110 - 121 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
R. Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilaiva, Loja E0, 5000-586 Vila Real, Tel.: 259 372 893
- 32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698



- 33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 19, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
Rua D. Jorge da Costa, N.º 23, 6000 - 215 Castelo Branco, Tel.: 272 320 763
- 37 - ELPAA - Entre Lapa e Pisco Associação de Agricultores
Av. 5 de Outubro, N.º 11, 3570 - 011 Aguiar da Beira, Tel.: 232 688 254
- 38 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Mercado da Junta, Lj. 5, Largo das Meãs, 3140 - 165 Meãs do Campo, Tel.: 239 621 429
- 39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037
- 41 - Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. M.º L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Esc. Sup. Agrária de Santarém, Q.º do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45 - Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46 - Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Esq, 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806
- 47 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, n.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra, Tel.: 263 501 500
- 48 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
Estrada de Sarilhos Pequenos, N.º 5, 2860 - 355 Moita, Tel.: 212 896 629
- 49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775
- 54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior
Rua João das Minas, N.º 31 - 1º Andar, 7370 - 061 Campo Maior, Tel.: 268 687 139
- 56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
Estrada Nacional N.º 243, 7840 - 284 Ervedal AVS, Tel.: 242 460 000
- 57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227
- 58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
R. Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel, 20, 7220 - 407 Portel, Tel.: 266 612 636
- 60 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830 - 371 Serpa, Tel.: 284 544 655
- 61 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horto do Belho, 7350 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambaada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000 - 673 Estoi, Tel.: 289 994 581
- 63 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8901 - 907 Vila Nova de Cacela, Tel.: 281 950 400
- 64 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim
Largo da Igreja, 5, 8970 - 104 Giões, Tel.: 281 498 286